

Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha¹

Resumo: O presente trabalho trata de analisar o debate ocorrido entre os historiadores Carlo Ginzburg e Hayden White no contexto da participação de ambos no congresso *The extermination of the jews and the limits of representation* ocorrido na UCLA (*University of California, Los Angeles*) no ano de 1990. Para os objetivos aqui pretendidos, observaremos os textos apresentados pelos dois intelectuais e os principais argumentos defendidos por ambos no concernente à temática da representação histórica da realidade e de suas respectivas limitações éticas e estéticas. Por fim, a partir da exposição dos pontos de vista divergentes entre os dois autores, acreditamos ser possível compreender suas posições a partir da maneira específica pela qual estes apresentaram respostas aos desafios impostos pelo desconstrucionismo, a virada linguística e os demais enunciados “pós-modernos” no contexto do debate intelectual na acadêmica norte-americana dos anos 1970 e 1980.

Palavras-chave: Carlo Ginzburg; Hayden White; Pós-modernidade; História.

Abstract: The present work intends to analyze a debate that occurred between the historians Carlo Ginzburg and Hayden White during the participation of both in the congress *The extermination of the jews and the limits of representation* that took place in (*UCLA University of California, Los Angeles*) in the year of 1990. For the objectives here intended, we observe the texts presented by both intellectuals and the arguments mainly defended by them in what concerns the theme of the historical representation of reality and its respective ethical and aesthetical limitations. Finally, after the exposition of their divergent points of view, we believe that it is possible to understand their positions through an approach of the specific way by which they answered to the challenges imposed by desconstructionism, the linguistic turn and other “post-modern” points that emerged in the context of the intellectual debate which arose in North American scholarship during the 1970s and the 1980s.

Keywords: Carlo Ginzburg; Hayden White; Post-modernism; History.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do E.Santo. E-mail: marceloduraocunha@gmail.com

Introdução

É sabido que no contexto intelectual da academia norte-americana de meados dos anos 1970 e 1980 emergiria um amplo debate entre distintas correntes historiográficas influenciadas, sobretudo, por movimentos de pensamento circunscritos ao que convencionou-se classificar (à época e ainda em dias atuais) como “pós-modernidade”. O “mal estar” epistemológico ao qual boa parte dos estudiosos das humanidades nos Estados Unidos passaria a se referir desde a década de 1960 estaria associado, principalmente, à emergência do chamado “giro linguístico” e aos impactos que este teria entre historiadores e cientistas sociais norte-americanos e europeus durante aqueles anos.

No concernente aos principais desdobramentos circunscritos ao referido incômodo “pós-moderno” na historiografia ocidental, poderíamos listar uma série de tendências surgidas nas ciências humanas ao longo da segunda metade do século vinte que tiveram uma ampla relevância nos debates realizados na literatura, na filosofia e principalmente, para o nosso caso, na ciência histórica. Balizados pela análise de José Antônio Vasconcelos acerca dos impactos que as reflexões ditas pós-modernas tiveram sobre a historiografia norte-americana, podemos reiterar que poucos foram os historiadores anglo-saxões dispostos a harmonizar com as críticas advindas tanto do interior quanto das adjacências da disciplina histórica nos Estados Unidos da América.

Na esteira do que é afirmado por Vasconcelos, percebemos a década de 1980 como um momento sem precedentes para a historiografia, principalmente na América do Norte. Neste período, a anterior asserção sobre a objetividade e a cientificidade, assentadas sobre um empirismo um tanto seguro quanto às suas possibilidades, dera lugar a uma atmosfera de incertezas e indecisões sobre os rumos da disciplina e sua praticabilidade naquele contexto.

Ecos da crise dos grandes modelos explicativos se faziam sentir e as disputas acadêmicas tornavam-se evidentes nos principais periódicos, em publicações oficiais e nos congressos organizados pelas mais importantes universidades americanas. A “ameaça” à disciplina histórica, identificada por Lawrence Stone principalmente no que associava às investidas da linguística, da antropologia e do Novo Historicismo, representava uma necessária revisão dos postulados centrais de grande parte da historiografia anglófila nas últimas décadas do século vinte (Vasconcelos, 2005, p.79).

No mesmo sentido, as contendas a respeito dos limites da representação do passado pela narrativa histórica ocorriam concomitantemente a um debate político acerca da responsabilidade ética nas ciências humanas. Parte da historiografia mais resistente às novas tendências intelectuais tendia a associar as prerrogativas pós-modernas à irresponsabilidade de um tipo de relativismo muito próximo de um discurso revisionista radical (Ogawa, 2010, p.66).

Seria em tal contexto que o historiador judeu Saul Friedländer organizaria na Universidade da Califórnia, Los Angeles o congresso *The extermination of the jews and the limits of representation* no ano de 1990. O congresso, posteriormente organizado como um livro, reuniria grandes nomes da historiografia norte-americana e europeia como Christopher Browning, Martin Jay, Dominick LaCapra, entre outros, para antes de tudo responder a uma primeira questão geral: a representação de um evento poderia ser estabelecida objetivamente por documentos e testemunhos, ou toda interpretação histórica estaria eivada pela perspectiva do seu narrador?

A sugestão de que todas as perspectivas históricas seriam determinadas por uma escolha narrativa preestabelecida levantava questões de ordem ética e intelectual a partir de distintas formas de relativização. Em termos mais específicos, em seu congresso, Friedländer questionava quais seriam

as possibilidades de se historicizar o Nacional Socialismo sem minimizar o lugar histórico do Holocausto (Friedländer, 1992, p.4).

Seria em tal cenário que as mais antagônicas posições emergiriam, onde o auditório da UCLA serviria como palco para uma das disputas intelectuais mais importantes das últimas décadas na historiografia ocidental: o debate entre o historiador italiano Carlo Ginzburg e o norte-americano Hayden White acerca dos limites entre ética e estética na representação historiográfica contemporânea.

Carlos Ogawa destaca que o referido embate teria consequências consideráveis para ambos os lados, sendo perceptível inclusive na maneira como a historiografia brasileira receberia a obra dos dois autores e as tradições de pensamento a eles vinculadas (Ogawa, 2010, p.8).

Longe de ambicionar estabelecer avaliações qualitativas para os dois lados da referida discussão historiográfica, nas páginas que seguem buscamos de maneira breve destrinchar os principais pontos da contenda em questão, apontando para a direção de uma reflexão ponderada acerca dos argumentos apresentados pelos autores.

Uma análise dos pontos de vista em tela permitirá que situemos o lugar de Ginzburg e White em uma ampla discussão a respeito da forma e do conteúdo da representação do passado no interior da disciplina histórica. Longe de se esvaírem, tais questões continuam presentes nas principais querelas que - para o bem ou para o mal da disciplina -, continuam a atemorizar boa parte da historiografia tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Prova, retórica e verdade: os argumentos de Carlo Ginzburg

Para iniciar nossa análise, faz-se necessário, antes de tudo, uma breve contextualização da produção intelectual de Carlo Ginzburg no âmbito de

sua ida para a Universidade da Califórnia no ano de 1988. O historiador italiano, que lecionara na Universidade de Bolonha desde a década de 1970, chegara aos Estados Unidos no fim da década de 1980, época em que, como já descrito, afluíam-se os mais indômitos debates na historiografia local.

Como destacado por Deborah Lipstadt, havia na Califórnia, por um lado a grande difusão de um ideário associado às convicções de um movimento político-histórico-revisionista ou “negacionista” (que negavam o holocausto) e por outro, a simpatia de parte da historiografia local pelos debates em torno de crítica literária e das ideias pós-estruturalistas (Lipstadt, 1993, p.74).

Ao mesmo tempo, Ginzburg estreitara suas relações com a causa judaica após o início da Primeira Intifada² e o consequente assassinato do historiador judeu Menahem Stern em junho de 1989. A partir daquele ano, o intelectual judeu iniciaria um combate acadêmico ao que o mesmo denominava como uma tendência presente na historiografia da época em adotar o que percebia como a postura de um “ceticismo pós-moderno”, fazendo homenagem a essa tendência retórica, sem alterar sua prática historiográfica.

Na conferência organizada por Friedländer e em sua palestra, intitulada à época como *Just one witness* (Apenas uma testemunha), Ginzburg buscava rechaçar a argumentação daquelas “tendências céticas na historiografia”, em uma discussão que remontava a idos da década de 1980³. Logo no início de sua fala, Ginzburg discute o que talvez tenha sido o topos da narrativa histórica judaica durante séculos: a sobrevivência de

² A Primeira Intifada, também chamada guerra das pedras, foi uma manifestação espontânea da população palestina contra a ocupação israelense, iniciada em 9 de dezembro de 1987. O termo surgiu após o levante espontâneo que rebentou em 1987, no campo de refugiados de Jabaliyah, no extremo norte da Faixa de Gaza, com a população civil palestina atirando paus e pedras contra os militares israelenses.

³ Na introdução de *O fio e os rastros*, Ginzburg afirma ter sido alertado sobre as implicações de trabalhos como os de Hayden White através de um texto de Arnaldo Momigliano datado de 1981. Cf. GINZBURG, Carlo. 2007, p.8.

duas vítimas para relatar a ocorrência de grandes catástrofes. Em meados do século vinte, segundo o autor, o topos e a realidade teriam virado um só; a retórica da narrativa histórica e os fatos determináveis teriam passado a convergir. No primeiro caso – ocorrido durante a alta Idade Média - descrito por Ginzburg, duas vítimas teriam sobrevivido e outras quarenta teriam cometido suicídio coletivo. No campo de extermínio de Belzec, dois teriam sobrevivido e outros seiscentos mil judeus teriam sido mortos.

O historiador italiano nos fornece tais exemplos, pois ao longo de sua argumentação ele buscará comprovar que retórica e prova não se excluem, pelo contrário, o uso da retórica na escrita da história seria o recurso mais realista e recorrente ao longo da história do pensamento ocidental⁴. Baseando-se em Aristóteles, o intelectual irá sustentar que a prova e a verdade constituem os fundamentos principais para a persuasão, já que a partir de uma interpretação política da retórica, o filósofo grego teria podido desconstruir a interpretação cética da retórica fornecida por Sócrates, Platão e os sofistas.

Ainda segundo Ginzburg, o pensador grego teria fornecido uma definição de historiografia que possibilitaria sua legitimidade e utilidade na política, já que esta: a) poderia ser reconstruída a partir de rastros e indícios; b) implicaria em conexões necessárias (*tecmeria*) que possuíssem certeza; c) fora destas conexões naturais os historiadores se moveriam no âmbito do verossímil, nunca da certeza – mesmo que nos textos historiográficos essa distinção desaparecesse (Ginzburg, 2002, p.57-8).

E é aí que residiria o problema segundo o autor: ao contrário do percebido no postulado aristotélico, a historiografia atual tenderia a unir história e

⁴ Apesar de não constar no texto apresentado por Ginzburg na conferência de 1990, a argumentação exposta pelo autor e aqui debatida, sobretudo a respeito da retórica aristotélica, lhe servia como pano de fundo e seria melhor formulada ao longo de seminários que o historiador apresentaria em Jerusalém, em homenagem a Menahem Stern, financiados pela Historical Society of Israel durante a década de 1990. Os ensaios por ele apresentados seriam reunidos na coletânea “Relações de força” lançada no Brasil no ano de 2002.

retórica, excluindo a prova. Influenciada pelo niilismo da filosofia nietzschiana, a historiografia pós-moderna traria em seu bojo narrativas sustentadas por teorias céticas baseadas na redução da historiografia à retórica, sem uma preocupação maior com a empiria (Medeiros, 2006, p.131).

É seguindo em tal esteira que Ginzburg chega a seu alvo principal: a teoria da história e os pressupostos historiográficos de Hayden White. Muito influenciado por uma posição profundamente ética, Ginzburg cita em sua fala uma carta do historiador francês Pierre Vidal Naquet, onde este se refere à controvérsia lançada por "revisionistas" franceses, como Robert Faurisson, sobre a existência ou não existência de câmaras de gás em Campos de Concentração Nazistas. Com o apelo à ideia de Vidal-Naquet, segundo a qual abusos anti-éticos do discurso levariam em contrapartida invariavelmente a um recurso à realidade, o historiador remontava ao centro irrevogável dos debates em questão, que seriam, as ligações entre ética e epistemologia na historiografia.

Mas ao invés de dirigir sua crítica diretamente aos conceitos do historiador estadunidense, Ginzburg buscava descortinar o que percebia como as origens intelectuais da abordagem whiteana e suas possíveis consequências para a discussão em tela. Por isso, Ginzburg remontava à influência intelectual exercida sobre o pensamento de White pelo neo-idealismo italiano, particularmente pelas ideias de Benedetto Croce e Giovanni Gentile.

O idealismo radical de Gentile, sua rejeição de qualquer verdade a ser derivada dos fatos, o teria levado, no contexto do fascismo italiano (do qual ele fora o principal filósofo), a estabelecer a "efetividade" como o único critério para a validade de qualquer interpretação histórico-política. De acordo com Ginzburg, em *The politics of historical interpretation*, White se equivocaria quando tratava de estabelecer uma distinção entre

interpretações reais e mentiras, quando ele mesmo parecia se basear no critério da "efetividade" como o único modo palpável de distinção.

Para Ginzburg, a influência do filósofo fascista na teoria da história de White é inegavelmente visível. Finalmente, Ginzburg termina sua tese ao estabelecer a mais extrema contraposição ao relativismo de White, a partir do exemplo dos relatos de Primo Levi: mesmo a voz de uma única vítima nos forneceria algum acesso ao domínio da realidade histórica, nos permitindo estar mais próximos de alguma verdade histórica.

Em suma, podemos concluir que Ginzburg polemiza com a ideia que busca reduzir a historiografia a uma parte da retórica. O autor italiano reduz de forma veemente a percepção de White sobre a estética textual, evitando adentrar a conceituação de retórica defendida pelo autor de *Metahistória*. O intelectual resume a argumentação da seguinte forma:

A historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (GINZBURG, 2002, p.48).

Tal formulação é complementada a partir de um exame daquilo que Aristóteles entende por prova, ou seja, a divisão entre três tipos de oratória, tal qual cristalizado por Cicero e Quintiliano: deliberativa, a demonstrativa e a judiciária; associando a cada uma delas as dimensões temporais do presente, passado e futuro. Destas provas técnicas e não técnicas, sendo a natureza da última, o domínio que chamaríamos hoje de testemunhos e documentos. As técnicas seriam divididas em exemplo

(paradeigma dos discursos deliberativos, indução dialética), e o entimema (discursos judiciais e equivalente ao silogismo dialético).

Assim, Ginzburg se vale da afirmação de que a prova é o núcleo da retórica, e de que também a retórica, como a história trata de eventos passados. Dessa forma, o núcleo da retórica seria, igualmente, o da história, desde que considerada como faz Aristóteles, a partir da prova (Ginzburg, 2002, p.49).

Todavia, Ogawa esclarece que Ginzburg distorce o sistema retórico de Aristóteles: a descrição das provas técnicas, e não técnicas, começa em 1355b-1356a, envolvendo além das provas não técnicas citadas, as provas técnicas que não o caráter (*ethos*), a emoção (*pathos*) e o raciocínio (*logos*). Ginzburg citaria apenas o *entimema* e o exemplo e não explicitaria a relação entre este conjunto e o outro. Ginzburg exclui estas três modalidades de provas técnicas e as substitui por modos de raciocínio associados por Aristóteles à dialética, ao silogismo e ao *entimema*. Atenua o caráter lógico e heurístico da descoberta das provas, o que facilita igualar o procedimento aristotélico ao seu próprio “método” indiciário/antiquário, já que trabalha morfologicamente.

Em outras palavras, seguindo a leitura crítica de Ogawa, na retórica não se desassocia: 1) o estado de persuasão resultante da prova (e seus meios levados pelo caráter e pela emoção), 2) as formas de raciocínio que levam ao ato de comprovar. Deste modo, não se poderia falar de prova em si.

Ginzburg resgatara a Poética de Aristóteles, na contramão do feito pela historiografia contemporânea, que sempre destacara a Poética como o texto central do estagirita sobre a história. Entretanto, o autor não avança na conceituação de prova para além do primeiro livro, da prova lógica por meio de *semeion*, *tekmerion* e *eikos*, ignorando deliberadamente a conceituação aristotélica das provas éticas e patéticas, que seriam cruciais, especialmente para os gêneros demonstrativo e deliberativo.

Uma interpretação semelhante sobre a curiosa apropriação feita do texto aristotélico por Ginzburg nos é fornecida por Munís Alves, quando este afirma que:

Afinal a noção de prova, tão cara a Ginzburg, usada no discurso do convencimento estava atrelada à condição moral do próprio orador, como nos diz o próprio Aristóteles: “As provas de persuasão fornecidas pelo discurso podem ser de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstra” (ARISTÓTELES, 2005: 96). Essa pequena citação só “confirma” a tese de que a interpretação pode se sobrepor às fontes – que inclusive são construídas por perspectivas também. Pelo modo como dispõe o ouvinte pode-se convencer pela emoção causada nos mesmos, ainda conforme Aristóteles (ALVES, 2012).

Por fim, pode-se concluir a respeito do posicionamento epistemológico de Ginzburg, que este se deixa influenciar pelos preceitos éticos de sua visão sobre a história, de modo que tanto em sua palestra para o Congresso da UCLA, quanto em escritos posteriores, o autor realiza leituras um tanto seletivas da obra de seus adversários e do texto aristotélico que é a base de sua argumentação.

A narrativa histórica e o problema da verdade: a posição de Hayden White

Como feito anteriormente, antes de analisar a resposta de White às críticas de Ginzburg, realizaremos uma curta exposição de suas percepções filosóficas e do contexto da recepção de suas ideias na historiografia internacional à época da realização do Congresso de 1990 na UCLA.

Lecionando na Universidade da Califórnia, Santa Cruz desde a década de 1970, Hayden White ficaria conhecido no cenário intelectual norte-americano pelo lançamento da controversa obra *Metahistória* (1973), onde discutia, dentre outras questões de ordem teórica, o problema da relação entre os escritos históricos e a literatura, com ênfase no problema da abnegação desta por parte dos historiadores de sua época.

De todo modo, mesmo antes da publicação de sua obra mais conhecida, White já militara contra o conservadorismo da historiografia ocidental no que dizia respeito à preocupação com a forma de suas representações do passado, que segundo ele datavam do século dezenove, com modelos fechados às novas possibilidades tanto da ciência quanto da literatura contemporâneas (Vasconcelos, 2005, p.54).

Além de ter questionado a disciplina histórica, levando-a a refletir sobre sua situação face aos demais campos do conhecimento, White gerou também uma forte controvérsia por sua ênfase em relação ao relevante papel da imaginação na reconstrução do passado. Para o intelectual, a partir de uma atitude poética, a narrativa histórica assumiria significados não diretamente implicados nos eventos por ela representados. Os objetos de estudo da História, argumentava White, por estarem situados no passado, não seriam mais acessíveis à percepção imediata.

Esse tipo de ênfase no papel da imaginação do historiador no processo de produção do conhecimento geraria uma amarga recepção entre seus pares historiadores. Entre elas a de intelectuais como o italiano Arnaldo Momigliano⁵ – nome muito próximo dos círculos de Ginzburg – que em nome da evidência histórica escreveria no início dos anos 1980 dois artigos sobre a retórica, onde pretendia desconstruir as proposições de White, enfatizando a ideia de que a verdade seria o fim último da historiografia.

⁵ Tanto Momigliano quanto White publicavam com certa frequência no periódico norte-americano *History and Theory*, estando familiarizados com os trabalhos um do outro.

Ginzburg derivaria boa parte de sua visão do que havia sido proposto por Momigliano, embora buscasse dialogar de forma mais conciliadora em relação ao problema da retórica na representação do passado. Contudo, como apontado por Ogawa, após uma análise das ideias de White, pode-se perceber que Ginzburg tem uma visão deturpada da obra daquele autor. White jamais teria afirmado que a narrativa não pode expressar a realidade, ao contrário, segundo ele, a narrativa histórica poderia expressar a realidade de forma “realista e objetiva” (Ogawa, 2010, p.8). O problema é que, como veremos, sua visão de narrativa, de retórica, de prova, de documento e de verdade é bem diferente da visão de Ginzburg.

Em sua palestra na UCLA, intitulada *Historical Emplotment and the problem of truth* (O enredo histórico e o problema da verdade), White argumentava na linha de sua já conhecida concepção acerca da importância da linguística na aceção prática da historiografia.

Como destacado pelo próprio Friedländer na introdução da obra que reúne os textos apresentados no Congresso, White não põe em questão a possibilidade de acessar a realidade ou mesmo a exatidão de eventos históricos, mas destaca que uma mera enumeração dos eventos poderia simplesmente ser fornecida por anais ou por uma simples crônica. Com o objetivo de prover uma complexa narrativa histórica, um enredo coerente ligando início, meio e fim no interior de um quadro específico de interpretação far-se-ia necessário (Friedländer, 1992, p.6).

A posição de White, já familiar para a maioria dos historiadores à época do evento, buscava sistematizar uma teoria da interpretação histórica baseada em uma redefinição fundamental da compreensão histórica tradicional. A linguagem em si imporia à narrativa histórica uma escolha limitada de formas retóricas, implicando em enredos específicos, em modelos explicativos e em posições ideológicas. Essas escolhas inevitáveis determinariam a especificidade de várias interpretações de eventos históricos. Portanto, para White, não existiria um critério externo

"objetivo" para estabelecer que uma interpretação histórica é mais verdadeira do que outra. Nesse sentido, ainda de acordo com Friedländer, o posicionamento de White seria próximo do que poderia ser classificado como uma abordagem "pós-moderna" da história (Friedländer, 1992, p.6).

Ciente das implicações relativistas de alguns de seus pressupostos, White focara seu discurso em uma busca por certo compromisso, por uma maneira de escapar aos corolários mais extremos de algumas de suas implicações. Nas palavras de Martin Jay, "em sua ansiedade por evitar a inclusão no índice daqueles que clamam por um tipo de relativismo permissivo, que poderia prover munição para céticos revisionistas sobre a inexistência do Holocausto, ele cortaria o que é mais poderoso em sua celebrada crítica de um realismo histórico ingênuo" (Jay *apud* Friedländer, 1992, p.9).

Contudo, White admite que nem todas as formas de enredo poderiam ser usadas pela narrativa histórica de quaisquer cadeias de eventos: "no caso de um enredo de eventos sobre o Terceiro Reich em um modo "cômico" ou "bucólico", nós eminentemente justificaríamos um apelo aos "fatos" para desmenti-los da lista das "narrativas em disputa" sobre o assunto. O ponto é que enredos cômicos seriam excluídos pelos "fatos" como discursos plausíveis independentes sobre esses eventos. Assim, White deposita uma ênfase considerável pela busca de uma "voz" adequada para representar eventos como o Nazismo e o Holocausto, isso é, por um modo retórico que pudesse representar ocorrência extremas da época moderna.

Portanto, longe de compactuar com as ideias de autores revisionistas ou negacionistas, White deixa claro em sua fala que embora a busca por uma referencialidade externa à linguagem seja impossível, esta pode estabelecer critérios qualitativos não-restritivos que permitam o estímulo à imaginação e o apelo sublime da representação histórica, mesmo ao lidar com eventos extremos.

Apesar de suscitar controvérsias e discordâncias – como a do próprio Friedländer, que discorda de White em um nível bastante distinto do de Ginzburg -, a posição buscada por White visa estabelecer uma nova base estética para a apreciação historiográfica não limitada por julgamentos morais e afeiçoada ao estímulo da criatividade. Portanto, nas palavras de White:

De fato, podemos seguir a sugestão de Berel Lang de que a melhor forma de representar o Holocausto e sua experiência possa bem ser por meio de um tipo de "escrita intransitiva" que não coloca nenhuma alegação a um tipo de realismo aspirado pelos historiadores e escritores do século XIX. Mas podemos considerar que por escrita intransitiva devemos pretender algo como a relação em que esse evento é expresso na voz média. Isso não é sugerir que nós iremos abrir mão do esforço de representar o Holocausto realisticamente, mas sim que nossa noção daquilo que constitui a representação realista deve ser revista para levar em conta as experiências que são únicas ao nosso século e para as quais modelos mais antigos de representação têm provado ser inadequados (WHITE, 2006, p.206).

Tal temática continuaria acompanhando White ao longo de sua carreira e apenas para melhor esclarecermos suas posições acerca do assunto, reproduzimos algumas de suas respostas às críticas que lhe seriam feitas pelo historiador australiano Dirk Moses, desta vez no contexto dos debates empreendidos por ambos no ano de 2005.

Com respeito às críticas do autor australiano, concernentes à deficiência da concepção da historiografia de White em proteger a integridade da facticidade do Holocausto, ele reiteraria que a historiografia contemporânea é ameaçada pelos revisionistas (e não pela sua escrita na voz média), mas não porque eles ofereceriam uma nova interpretação (narrativa) do Holocausto, e sim porque eles divulgariam a impossibilidade

de chegar a uma certeza científica da ocorrência factual desse evento (Marquez, 2011, p.75).

O que precisa ser aspirado, segundo White, é a multiplicação e combinação dos diferentes modos de abordar uma temática como o Holocausto, não com o intuito de estabelecer a sua facticidade, mas a fim de imaginar quais poderiam ser os significados dessa ocorrência ou que significados ela poderia ter para as gerações atuais (White, 2005, p.338). Apesar de os judeus terem um interesse especial sobre o Holocausto, esse evento não pertenceria apenas aos judeus.

Far-se-ia necessário, portanto, na opinião do autor norte-americano, algo muito mais do que uma disciplina preocupada com o estabelecimento dos fatos a serem acordados sobre esse evento. A escrita histórica, em geral, e a escrita histórica sobre o Holocausto, em especial, seriam mais um problema de significado do que de conhecimento (compreendido como conjunto de informações justificadas empiricamente). Isso porque o conhecimento acerca do Holocausto dificilmente poderia ser mais completo e mais constrangido pela documentação em sua facticidade. Pouco mudara em sua argumentação desde a polêmica ocorrida com Ginzbug quinze anos antes. Portanto, de acordo com White: “o que nós necessitamos é de imaginação e intuições poéticas que nos auxiliem a adivinhar o seu significado” para a vida atual (White, 2005, p.338).

Considerações finais

Na discussão acima exposta, pretendemos demonstrar a partir da análise do debate entre Ginzburg e White, o insumo de uma longa contenda presente na historiografia norte-americana desde a segunda metade do século vinte. Se por um lado os chamados “historiadores sociais” buscavam preservar a matriz disciplinar histórica a partir do recurso à empiria e ao princípio de realidade, por outro, uma série de jovens

intelectuais se abria às possibilidades da compreensão do real a partir do entendimento pós-estruturalista das noções de texto e verdade.

Eventos políticos, como o surgimento do movimento revisionista na Europa e nos Estados Unidos, além de uma ampla expansão de temáticas associadas a movimentos pelos direitos civis entre as décadas de 1960 e 1970 nos EUA, influenciariam de maneira decisiva a historiografia e os debates teóricos acerca daquelas distintas percepções de realidade em emergência.

Analisado sob a luz de tal contexto, o debate em tela torna-se mais evidente, e face às implicações teóricas e políticas em questão, praticamente inevitável. Se Ginzburg mostrar-se-ia muito mais inclinado a uma tradição historiográfica de matriz social “reconstrucionista”, White mostrara-se em sintonia com o pós-estruturalismo foucaultiano e a influência de um tipo “desconstrucionista” de historiografia.

É em tal sentido que podemos, por fim, concordar com Ogawa, quando este nos revela que em seu apelo à associação da noção de “prova” à Retórica aristotélica, Ginzburg apresentava uma solução que apesar de “conciliadora”, revelava traços indeléveis de sua vinculação à tradição da história social europeia, com uma clássica correlação da noção de verdade a uma referencialidade extra-textual, bastante tributária de alguns imperativos éticos específicos.

White, por sua vez, já há muito revelara ser tributário de uma tendência filosófica estética inaugurada por Friedrich Nietzsche no século dezenove e bastante em voga na academia norte-americana nos anos 1980. Ao desvincular a noção de verdade a qualquer referência extra-textual, White deixava explícita a importância da forma na representação da realidade e a relevância de se pensar a retórica como uma categoria manante, aberta às possibilidades poéticas da imaginação humana.

Parece-nos evidente, portanto, que a disputa entre os dois autores no contexto do Congresso em questão representava essa confluência entre discussões políticas, filosóficas e historiográficas bastante centrais para se pensar a escrita histórica na academia Ocidental em fins do século vinte.

De todo modo, é mister que compreendamos os antecedentes políticos e as bases teóricas de cada um dos contendores em tela para que a nossa historiografia – livrando-se de alguns preconceitos e incompreensões que lhe são característicos – possa se posicionar e apreender alguns *insights* que lhe sejam reflexivamente úteis. Tal movimento poderia ocasionar um maior senso crítico a respeito dos limites da disciplina histórica e uma eventual reflexão no concernente às possibilidades não-epistemológicas da História em seu – tão pouco debatido – sentido extra-acadêmico.

Referências

ARISTÓTELES (2005). *Retórica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Univers. de Lisboa.

FRIEDLÄNDER, Saul (Ed.) (1992). *Probing the limits of representation: nazism and the "final Solution"*. Harvard University Press.

GINZBURG, Carlo (2002). *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras.

LIPSTADT, Deborah E. (1993). *Denying the holocaust: the growing assault on truth and memory*. London, Penguin.

MARQUEZ, R. O. (2011). "Três Polêmicas com Hayden White". *Revista de Teoria da História*, v.5, pp.54-82.

MEDEIROS, Pedro Araújo (2006). *Pós-modernidade e historiografia: um estudo sobre Hayden White*.

ALVES, Munís (2012). *Relações da força: o historiador como policial e juiz, em Ginzburg*. Tempos safados: história, historiografia, filosofia e contemporaneidade. Webblog disponível em: <http://tempossafados.blogspot.com.br/2012/06/relacoes-da-forca-o-historiador-como.html> - Acesso em 31 de agosto de 2014.

OGAWA, Carlos E. de A. (2010). *História, retórica, poética, prova: a leitura de Carlo Ginzburg da retórica de Aristóteles*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VASCONCELOS, José A. (2005). *Quem tem medo de teoria? Ameaca*. Annablume.

WHITE, Hayden (1992). *Meta-história: a imaginação histórica do séc. XIX*. São Paulo: EDUSP, v.4.

_____. (2005). "The relevance of historical studies: a reply to dirk moses". *History and Theory*. vol.44, n.3, pp.333-38.

_____. (2006). "Enredo e verdade na escrita da história". In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. Ed.Contexto.